



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
CNPJ: 12.282.048/0001-19



ABAETETUBA-PA, 28 DE SETEMBRO DE 2017.

Parecer Jurídico

De: Assessoria Jurídica

Para: Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba (Att. Comissão Permanente de Licitações)

Assunto: Anulação do Pregão Eletrônico nº 015/2017

Relatório:

Apresenta-se para parecer os autos do processo administrativo de nº 015/2017, que versa sobre a formação de registro de preços/pregão eletrônico para fornecimento de leites sem lactose e Polivitamínicos para atender demandas de pacientes contemplados sob ordem judicial, para a Secretaria Municipal de Saúde.

A licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas nas Leis 8.666/93, no tocante à modalidade e ao procedimento para publicação do edital.

Ocorre que, depois de publicado o edital, houve algumas alterações de retificação alterando a descrição do objeto a ser licitado. Porém, por se tratar de pregão na modalidade eletrônica há necessidade de cadastro dos itens alterados no sistema de pregão eletrônico do Banco do Brasil, o que não ocorreu.

Diante do motivo elucidado, e considerando a impossibilidade de julgamento da licitação em virtude de constar a descrição do objeto original sem a retificação, o prosseguimento da licitação tornou-se obstado por vício no procedimento.

Mérito:

Pelo princípio da autotutela, a Administração Pública pode rever os próprios atos a qualquer tempo, com a possibilidade de corrigi-los quando possível anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos. Isso decorre do princípio da legalidade; vez que se a Administração está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente o controle da legalidade dos seus atos. É o caso.

Quanto à análise da legalidade dos atos administrativos ponderamos que os atos são nulos quando violam regras fundamentais atinentes à manifestação da vontade, ao motivo, à finalidade, à forma, havidas como de obediência indispensável pela sua natureza, pelo interesse público que as inspira ou por menção expressa da Lei. Portanto, os atos nulos não poderão ser convalidados.

O art. 49 da Lei 8.666/93 dispõe:

A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMAB
CNPJ: 12.282.048/0001-19



provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.” (grifo nosso)

A anulação corresponde ao reconhecimento pela própria Administração do vício do ato administrativo, desfazendo o ato e seus efeitos. A possibilidade de a Administração declarar ela mesma a nulidade de seus atos é matéria pacífica na doutrina e na jurisprudência brasileira, graças ao entendimento cristalizado pelo STF na Súmula 346:

“A Administração pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos.”

A invalidação deriva diretamente dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Como a Administração está estritamente vinculada à Lei, no caso concreto, à Lei 8.666/93, não se admite que pratique atos ofensivos a dispositivos legais.

Conclusão

Diante da verificação de vício insanável, opinamos pela anulação do certame, embasados no art. 49 da Lei 8.666/93, como também em obediência aos princípios norteadores da Administração Pública.

É o parecer.

À consideração superior.

Abaetetuba, 28 de setembro de 2017.

Assessoria Jurídica

Cordialmente,

Daniel André Lima Lopes
Assessor Jurídico SESMAB

DANIEL ANDRE
LIMA LOPES

Assinado de forma digital por DANIEL ANDRE
LIMA LOPES
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autenticado por AR
Arpen SP, ou=Assinatura Tipo A3,
ou=0012218974, ou=ADVOGADO, ou=7949631,
cn=DANIEL ANDRE LIMA LOPES,
email=daniellopes@mclm.com.br
Dados: 2017.09.28 11:35:21 -03'00'